

## ARTIGO

### **POLÍTICA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA PARAENSE NOS PERÍODOS COLONIAL E IMPERIAL À LUZ DA TEORIA DE CORNELIUS CASTORIADIS**

### **POLITICS, MEMORY, AND EDUCATION IN PARÁ'S AMAZONIA DURING THE COLONIAL AND IMPERIAL PERIODS IN LIGHT OF CORNELIUS CASTORIADIS' THEORY**

DENISE SIMÕES RODRIGUES\*

#### **RESUMO**

Duas questões são o ponto de partida deste artigo. Como a escravização de índios e negros influenciou o processo formador das identidades culturais e os movimentos de libertação política para além do período colonial? Como desvelar o silenciamento imposto aos vencidos do mais importante deles, a Cabanagem, caracterizada pela predominância da classe dos despossuídos, em pleno momento de instituição da independência do Brasil? Para isso, busco explicitar o processo de que possibilitou a formação da memória no decorrer do século XIX e suas reverberações pela cultura da Amazônia paraense, tendo por base as ideias de Cornelius Castoriadis.

**PALAVRAS-CHAVE:** cultura; memória; significações imaginárias.

#### **ABSTRACT**

Two questions are the starting point of this paper. How did the slavery of Indians and Blacks influence the cultural identities formation process and the political liberation movements beyond the colonial period? How to unveil the silencing imposed on the defeated from the most important of those movements, Cabanagem, characterized by the predominance of the class of the dispossessed, in the midst of Brazil's independence? I seek to explain the process which enabled the formation of memory throughout the 19<sup>th</sup> century and its reverberations on the culture of Pará's Amazonia, based on the ideas of Cornelius Castoriadis.

**KEYWORDS:** culture; memory; imaginary significations.

A sociedade deve definir sua “identidade”; sua articulação; o mundo, suas relações com ele e com os objetos que contém suas necessidades e seus desejos. Sem a “resposta” a essas “perguntas”; sem essas ‘definições’ não existe mundo humano, nem sociedade e nem cultura – porque tudo permaneceria caos indiferenciado.

(CASTORLADIS, 1982)

## **Introdução**

Este artigo é fruto de uma pesquisa mais ampla sobre a sociedade, a história e a educação na Amazônia no decorrer dos períodos colonial e imperial. Destacam-se entre os objetivos dessa pesquisa, a preocupação em desvelar as matrizes simbólicas que servem de suporte para as diversas estratégias de representação cultural e política na Amazônia, em especial no Pará, desde a conquista portuguesa no século XVII até o século XIX, a partir da análise da evolução dos processos educativos formais e informais, tendo como estratégias de produção de dados a pesquisa documental e bibliográfica. Para alcançar esse fim, foi realizado o levantamento de dados constantes nos acervos do Arquivo Público do Pará e do Arquivo Nacional, em repositórios virtuais das instituições universitárias e em levantamento bibliográfico relativo ao tema.

Entre as questões propostas se encontram aquelas que buscam elucidar as interfaces entre o processo de produção de bens no período colonial e imperial e o tipo de regime de exploração da força de trabalho,

procurando entender a natureza do vínculo social estabelecido como suporte das relações entre os membros dessa sociedade.

Como a escravização de índios e negros influenciou o processo formador das identidades culturais e os movimentos de libertação política para além do período colonial? E, principalmente, como desvelar o silenciamento imposto aos vencidos desses movimentos de libertação política, entre os quais se destaca a Cabanagem,<sup>1</sup> caracterizada pela predominância da classe dos despossuídos, que assumem o governo da Província em pleno momento de instituição da independência do Brasil? Essas duas questões são o ponto de partida deste artigo. Para isso, busco explicitar o processo de que possibilitou a formatação da memória no decorrer do século XIX e suas reverberações pela cultura da Amazônia paraense.

### **Cicatrizes na alma: o trabalho sob escravidão**

As necessidades do processo de colonização, levado a efeito na Amazônia, tornava indispensável à escravização dos índios, incorporados como força de trabalho e isso foi inicialmente realizado. Entretanto, diante da política da coroa portuguesa em reconhecê-los como indivíduos a serem resgatados para a fé e como súditos para o rei, tornou-se ainda mais necessária a presença de escravos negros, para suprir a demanda de mão de obra. Estes eram inclusive avaliados como mais fortes e categorizados, pelos colonizadores, como mais resistentes ao trabalho duro do que os índios. No entanto, a presença de escravos

negros não eliminou a servidão<sup>2</sup> dos índios, “os negros da terra” como eram denominados.

Dediquei especial atenção à implantação do capitalismo comercial, praticado pela coroa portuguesa como forma de obter lucro com a exploração de sua colônia no extremo norte, denominada de Estado do Grão-Pará e Maranhão. Esse lucro seria impossível de ser obtido sem a exploração da força de trabalho dos nativos, e quando isso se mostrou deficiente, a solução foi a introdução dos negros escravizados.<sup>3</sup>

A estratégia de dominação levou em conta a escravização da força de trabalho, mas pretendia o domínio completo do indivíduo, a “fabricação” de indivíduos para serem servos de Deus e súditos obedientes da coroa. Assim, a imposição cultural teve no trabalho missionário das diferentes ordens religiosas que para aqui vieram, especialmente nos jesuítas, o braço ideológico competente que serviu de suporte ao poderio militar que impôs a conquista do espaço e das almas. Os missionários utilizaram seus talentos para bem realizarem suas tarefas e um instrumento foi fundamental: o conhecimento das línguas nativas.

Castoriadis, analisando a implantação do capitalismo em sociedades tradicionais, aponta para as dificuldades em se transformar ou “fabricar sujeitos”, de uma hora para outra, capazes da racionalidade exigida por esse modo de produção:

Ela é dificuldade e até impossibilidade de fazer nascerem da noite para o dia, ou no espaço de alguns anos, “homens capitalistas” (como capitalistas propriamente ditos e como proletários) – ou seja, de

fabricar socialmente indivíduos para quem o que conta e o que não conta, o que tem uma significação e o que não a tem, o que é a significação de tal coisa ou de tal ato são doravante definidos, colocados, instituídos de maneira diferente do que o eram em sua sociedade tradicional; para quem o espaço e o tempo se organizam, se articulam interiormente e se representa imaginariamente de maneira diferente, cujo próprio corpo está não somente submetido a outras disciplinas exteriores, mas preso numa outra relação com o mundo, capaz de tocar, segurar, manipular diferentemente os objetos e outros objetos; para quem as relações entre indivíduos são tumultuadas, as comunidades e coletividades tradicionais são pulverizadas, as solidariedades e lealdades correspondentes destruídas; para quem, enfim, o “extra” econômico eventual, quando existe, destina-se não a ser gasto para o prestígio, distribuído entre os membros da família ampliada ou do clã, consagrado a uma peregrinação, ou capitalizado, mas para ser acumulado. Mas uma tal fabricação, um tal *tenkehein* de indivíduos nada mais é do que sua fabricação com referência às significações imaginárias sociais do capitalismo e mediante estas significações; ela só pode ser a imposição, a estas sociedades, da instituição capitalista do mundo.<sup>4</sup>

Sem um imaginário social que sustente a lógica dos atos capitalistas, é impossível admitir a prevalência desse modo de produção em uma sociedade, o que só poderá se concretizar pela escravidão da força de trabalho.

Certamente visando obter resultados positivos para “fabricação” desses indivíduos, nessa extensa área a ser dominada e com a enorme diversidade linguística encontrada, a solução encontrada foi a reelaboração de uma língua comum para a evangelização e para o cotidiano e, assim, a “língua geral”, codificação das falas nativas,

enriquecida pelos termos adaptados do português do colonizador, serviu de instrumento ideológico muito importante à imposição cultural do colonizador. Devido a enorme diversidade tribal, incrementada com a presença de representantes da diversidade negra que para aqui vieram na condição de escravos, é possível avaliar a necessidade de comunicação entre esses vários grupos étnicos e que se constituiu no desafio a ser vencido pelos evangelizadores e colonos. Castoriadis afirma que:

O mundo social-histórico é mundo de sentidos – de significações – e de sentido efetivo, mundo que não pode ser pensado como uma simples “idealidade visada”. É um mundo que deve ser sustentado por formas instituídas, e que penetra até ao âmago do psiquismo humano, modelando-o de forma decisiva, na quase totalidade de suas manifestações identificáveis”.<sup>5</sup>

A constituição, dessas formas instituídas, está ancorada nesse longo e doloroso processo de exploração do trabalho sob regime de escravidão que, por sua vez, possibilitou a elaboração de significações imaginárias sobre o “outro” e a discussão sobre a natureza das diferenças e estereótipos circulantes no espaço social.

Este sistema predatório de produção deixou cicatrizes impossíveis de serem esquecidas pelas gerações que o sofreram e mesmo pelas que se sucederam nas entranhas de uma sociedade demarcada pela desvalorização do trabalho e dos indivíduos “de cor”. As leis, que concediam liberdade aos nativos, eram burladas pelos colonos pela necessidade de produzir as mercadorias comercializáveis, oriundas da floresta, o chamado “exclusivo metropolitano” que, em terras

amazônicas, era obtido pela coleta das “drogas do sertão” e tinha como suporte esse conhecimento dos indígenas sobre a floresta e os seus rios.

Eles eram os navegadores do labirinto das águas, a força de defesa das fronteiras contra possíveis ataques estrangeiros. A rigorosa vigilância e ameaças de castigos físicos, as pesadas jornadas de trabalho só seriam suportadas pelos nativos, mediante a supressão de sua liberdade.

Em relato insuspeito do governador Francisco de Souza Coutinho, é possível ter uma ideia dos sofrimentos impostos aos nativos escravizados, citando as horas extenuantes de trabalho, a fome e os castigos impostos, além do não pagamento pelo trabalho como devido e previsto nas leis:

[...] este governo dispunha do suor d’estes infelizes não só para alguns objetos uteis ao publico mas (o que mais escandalozo era) para beneficiar particulares com a opressão e violencia da classe mais miseravel, mais digna de proteção, e mais favorecida pellas Leis e Ordens de Sua Magestade carregando-a com imposto tão desproporcionado, e desarrazoado.<sup>6</sup>

O relato das correspondências oficiais, na primeira década do século XIX, aponta para as arbitrariedades cometidas pelos colonos, sempre explorando em demasia os nativos aplicando-lhes suplícios terríveis:

Logo que V<sup>a</sup>M. d’aqui sahio se me apresentarão neste Palacio os Indios que me tinha denunciado para haverem de ser prezos pela opposição que tinhão feito em concorrer para o Serviço da Real Fabrica a que V<sup>a</sup>M. os nomeava: **Eu lhe perdoei algum excesso que da parte d’elles houvesse, tanto mais vendo**

que hum d'elles já estava bastantemente  
{punido} pelo golpe de tua mão, que talvez  
ficará aleijado.<sup>7</sup>

Ao comentar a queixa do colono relativa à recusa ao trabalho, a autoridade repreende o colono, aceitando as provas apresentadas pelos nativos, recomenda-lhe:

Ora, pois Eu não quero entrar em mais profundos exames, cuide V<sup>a</sup>M. em satisfazer as suas obrigações com justiça, e imparcialidade, pois que desta falta principalmente se originão nesse, e nos mais Destrictos desta Capitania os actos de dezobediencia que a cada passo me são manifestos [...].<sup>8</sup>

Em seu despacho, o Ouvidor Dr. José Narcizo e Magalhaens de Menezes continua narrando o horror dos castigos:

[...] O ferido Carlos Antonio vai também para sua Caza cuidar no seu curativo, e do que lhe pertence, entre tanto que não estiver em estado de poder com aquelle trabalho, a que V<sup>a</sup>M. o não o obrigará sem que primeiro me seja presente a sua absoluta possibilidade: finalmente abstenha se V<sup>a</sup>M. destes conflitos, evite as occasioens, e isto consegue-se bem por meio de persuasão fundada em princípios de igualdade na execução das Ordens attendendo ao legitimo direito de cada hum: **Estes Povos são humildes por natureza, só a injustiça he que os pode fazer mudar de condição, por que ella revolta ainda os mais moderados.**<sup>9</sup>

No início do século XIX, os habitantes das cidades, vilas, povoados e aldeamentos eram o resultado de miscigenação interétnicas contínuas entre brancos, índios, negros e os produtos desses contatos: mamelucos, cafuzos, curibocas e tapuíos. A coroa, no intuito de abrandar

a conotação pejorativa local aplicada ao termo tapuió, proibia o seu uso como ofensivo aos mestiços.

No linguajar cotidiano ganhou espaço a palavra caboco<sup>10</sup> para dar conta dos matizes assumidos pela mestiçagem. No entanto, mesmo quando as origens apontavam para a os traços de sangue misturado, valorizava-se a tonalidade da cor da pele e as posses. Quanto mais branca a cor da pele de uma pessoa, mais distante, ela estava da necessidade de trabalhar, mais alta era a estima social que lhe era destinada.

O sistema escravagista induziu tal desprezo ao trabalho que precisar exercer uma atividade era uma quase condição de inferioridade social. Ao analisar o primeiro governo cabano, o historiador Raiol<sup>11</sup> escreveu:

Exigências exageradas começaram a aparecer entre os revoltosos. Aguçadas as ambições. Em geral todos se julgavam com direito de receber remunerações por serviços que alardeavam. [...] humilhado o trabalho na mão do escravo que os portugueses nos importaram das costas da África, era natural que o homem livre se considerasse envilecido adotando a profissão daquele. Não era pois para admirar – que as artes mecânicas fossem olhadas com desdém – que os trabalhos rurais fossem desprezados – que todos propendessem para os em pregos públicos. [...] era impossível satisfazer tantas e tão desarrazoadas ambições.<sup>12</sup>

Em minha reflexão sobre a natureza do vínculo social que organiza as situações poder, ordem e disciplina no processo de interações sociais e efetivamente produz demarcações de lugares no espaço social,<sup>13</sup> observo uma concepção que aponta para a importância do poder como crucial para se entender não só o seu exercício associado

à repartição de bens econômicos, mas a verdadeira essência da dominação que se estabelece:

A questão crucial é a da violência e da harmonia, da criação de instituições, de tentativas de persuasão ou de imposição que apoiem o tipo social assim criado, da produção de certos tipos de personalidade indispensáveis ao funcionamento e da construção de mitos (religiões ou ideologias) cuja textura garante à sociedade uma coerência mínima.<sup>14</sup>

Essa violência, que subjaz em todo o processo de relações sociais no Grão-Pará, se transmuta no combustível que alimentará as aspirações políticas dos excluídos, no decorrer das quatro décadas iniciais do século XIX.

O discurso de cada sujeito contém as construções fantasmáticas dos grupos sociais em que ela se insere, além de conter suas próprias lembranças, inibições e repetições. O discurso é, então, atravessado pelo imaginário social, pelo imaginário individual, pela simbólica social (os grandes mitos, as angústias fundamentais) e pelas tentativas da simbólica individual.<sup>15</sup>

A opressão acumulada explode em conflito armado porque não pode mais ser suportada pelos despossuídos. A expressão dessa dor ancestral pode reforçar a produção de “significações imaginárias sociais”<sup>16</sup> e transparecer nos discursos individuais ou coletivos. Como essas representações sobre o passado, a violência e a dor foram assimiladas, dando origem à desqualificação, aos estereótipos negativos sobre a gente pobre, discurso, ainda, hoje possível de ser constatado? Proponho, então, uma reflexão sobre memória, política e educação, considerando as prudentes observações de Raiol: “a ignorância de um

povo é sempre favorável às ambições dos povos; é seiva que nutre e eleva os néscios [...] e no Pará infelizmente a maioria da população era quase indiferente ao benefício da instrução”.<sup>17</sup>

## **Os descartados do lembrar: o silenciamento dos vencidos**

É aliás, difícil dizer em que momento uma lembrança coletiva desapareceu, e se decididamente deixou a consciência do grupo, precisamente porque, basta que se conserve numa parte limitada do corpo social, para que possamos encontrá-la sempre ali.<sup>18</sup>

Entendo a cultura como memória<sup>19</sup> que possui também um caráter político a partir do qual se discute uma ideia de nação e uma proposta de cidadania. Os filtros e o poder de seleção que a sociedade fornece têm muito a ver com as escolhas que levam à imposição de modelos de exclusão ou inclusão do “outro”. Nesse aspecto, a educação assume uma posição muito importante como a forma sistematizadora da transferência do que deve ser lembrado ou esquecido.

Assim, os conteúdos a serem produzidos e transferidos, compartilhados entre as gerações certamente contemplarão quais acontecimentos do passado devem ser mantidos, lembrados e reverenciados. E o que deverá ser omitido, ressignificado e/ou esquecido. Trabalho com o conceito de memória que a entende como fenômeno individual e psicológico (*soma/psychê*). A memória liga-se também à vida social (sociedade) e varia em função da presença ou da ausência da escrita (oralidade/escrita).<sup>20</sup> É importante ressaltar que o

aspecto coletivo da memória garante a possibilidade de se estudar a cultura como memória organizada.<sup>21</sup>

Ao longo dos séculos, as sociedades trabalharam a conservação de suas tradições e feitos por intermédio da oralidade e depois, com o advento da escrita, se pode constatar o progresso dos vários estágios da memória social ou coletiva. A imprensa, por exemplo, estabeleceu definitivamente um padrão entre a transmissão oral e a escrita de um acontecimento.

A sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração à outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizade, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.<sup>22</sup>

O lado positivo desse avanço da reprodução do passado por meio da escrita e da imprensa é insofismável e permite perceber a manipulação da memória como parte da luta de poder dos grupos. Também foi possível observar com maior clareza a ligação entre memória e imaginação e memória e expressão literária. E novas possibilidades surgiram de se efetivar a perenização de um acontecimento ou dos feitos de um grupo político, ou religioso ou

militar. As comemorações e as festas, os objetos e os lugares de reverência se constituem como instrumentos de suporte da memória.<sup>23</sup>

Modernamente, a exploração conceitual da memória e de suas interfaces, com os diversos campos do saber, promoveu a estruturação do conhecimento científico para a compreensão da construção da memória coletiva, dos mitos da nacionalidade. Com esse propósito criaram-se os arquivos, os museus, os monumentos coletivos aos mortos e a invenção da fotografia, fundamentais nesse processo. É importante ressaltar que existem várias memórias coletivas e, segundo Halbwachs,<sup>24</sup> e isso que a diferencia da História. Em suas palavras, os rastros do passado podem ser percebidos de vários modos:

No mais, fora das gravuras e dos livros, na sociedade de hoje o passado deixou muitos traços, visíveis algumas vezes, e que se percebe também na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais ambientes, nem nos apercebemos disto, geralmente. Mas, basta que a atenção se volte para esse lado para que nos apercebamos que os costumes modernos repousam sobre antigas camadas que afloram em mais de um lugar.<sup>25</sup>

Ao analisar a temática da produção da memória coletiva, busco na educação, escolar e não escolar, a produção de identidades culturais dos atores sociais que vivem a invisibilidade das sociedades como a nossa, dando voz e reconhecimento às suas tradições dentro do espaço do sistema educacional oficial. Trata-se de uma abordagem interdisciplinar que envolve a Sociologia, a História, a Literatura e a Política. Trabalhar a memória/cultura como vivida e não mera

sobrevivência, com produto relevante para esses grupos que vivem afastados dos centros urbanos.

A história oferece exemplos importantes sobre como o poder das classes dirigentes da sociedade intencionalmente buscam silenciar e anular a resistência de seus oponentes. O período pós-revolucionário da Cabanagem possibilita visualizar com clareza esse processo, não só pela dura repressão aos sobreviventes revolucionários como pela desqualificação de sua luta e de seus combatentes. Quem eram os cabanos e o que pretendiam?

A Cabanagem, pela natureza de se constituir como movimento revolucionário de base popular, dentro de um panorama de grande instabilidade política, nos anos de consolidação da independência do Brasil, traz à tona a aspiração de liberdade e da cidadania plena para a maioria dos indivíduos livres (negros e mestiços, estes em variados matizes produzidos pelos laços interétnicos) que, nas primeiras décadas do século XIX, postulavam direitos políticos. Salles<sup>26</sup> afirma que eles constituíam uma classe de libertos, produto da mestiçagem ocorrida nos séculos anteriores.

A classe dos libertos se formou ao longo do processo histórico. Produto da destribalização do índio e da mistura deste com a classe pobre gerada pelo modelo social do colonizador, constituída de camponeses sem terras e habitantes das cabanas miseráveis localizadas na periferia dos centros urbanos, esse produto compões a presença dominante na Amazônia, a dos chamados *caboclos*, que não chega a ser uma definição étnica, mas social.<sup>27</sup>

Embora fossem livres, não ficavam fora do alcance dos colonos e administradores que os obrigavam ao trabalho em longas jornadas sem nenhuma ou péssima remuneração. Um exemplo, entre muitos da exploração dos índios e mestiços, pode elucidar a motivação para a revolução. No final do século XVIII existiam os estabelecimentos denominados de “Fábricas Nacionais, Roças e/ou Pesqueiros”, criados pelos especuladores<sup>28</sup> para obterem mais lucro com a exploração da força de trabalho tanto de indígenas quanto de mestiços. Dívidas eram acumuladas pelos trabalhadores sobre seus irrisórios salários e quase nada lhes sobrava para o sustento de suas famílias. Essa espécie de servidão, que tem sua origem na Europa medieval, fomentava frequente revoltas entre os trabalhadores.

Com a independência, o sonho de igualdade que a cidadania brasileira não se concretizou e só ampliou o descontentamento, porque a dominação política e social continuava exercida pela mesma classe dirigente de origem portuguesa e branca. Opressão, exploração e miséria fermentaram a frustração com a cidadania restrita que lhes foi atribuída pela emergente identidade nacional.

A Cabanagem representa esse momento de violenta explosão e os prejuízos contabilizados com a morte de cerca de um terço da população economicamente ativa da Província, a desorganização econômica que provocou, pode dar uma ideia sobre a sua importância política e social, mas oferece também elementos para que se considere o silêncio que se abateu sobre o movimento revolucionário na historiografia oficial. Em 1841, o ano em os últimos cabanos foram presos, o silêncio já aparecia nos relatórios oficiais do governo:

Já não fallo, nem lembrar-me quero dos actos devastadores da anarchia, que desde a marcada época de 1835 declararão a Província inteira por que de certo me obrigaria a recordar factos **que convem esquecer eternamente, e aos quaes não é possível encarar sem horror.**<sup>29</sup>

A estratégia de ocultar a importância do movimento revolucionário encontraria adeptos não só nas elites dirigentes. Os intelectuais teriam papel importante nesse silenciamento dos vencidos reduzidos à condição de “bandidos facinorosos” – sedentos de sangue – e o movimento reduzido a um parágrafo, uma simples menção nos livros de história, destinados aos jovens. O período pós-Cabanagem foi marcado pelo esforço de reconstrução da Província e novamente o trabalho compulsório foi a principal arma utilizada, arregimentando nos chamados Corpos de Trabalho todos os revoltosos presos, com idade entre os 10 e os 50 anos.

Papel importante estava reservado à educação escolar no campo ideológico, para a reafirmação dos valores capazes de obter por via pacífica a sujeição dos corpos e das mentes. No entanto, as escolas criadas foram poucas, esparsas e fracassaram em sua maioria, com exceção daquelas criadas na capital e em algumas cidades com maior número de habitantes. Descaso, desinteresse da população e a ruína financeira impediram que as medidas governamentais surtisser o efeito desejado na segunda metade do século XIX.

Mas uma divisão clara se estabeleceu: foram criadas instituições para os pobres e desvalidos que acolhidos, foram preparados em ofícios para o mercado de trabalho. Aqueles que possuíam melhores condições

financeiras, a educação proposta era humanista e retórica e pouco afeita ao desenvolvimento da província. Cabe aqui mencionar cursos sobre tecnologias básicas e de comércio.

A proclamação da república, ao fim do século XIX, desnuda o fracasso da educação escolar. Pessimamente organizada, a instrução pública no Pará e no Brasil, não procurou jamais ter uma função na integração do espírito nacional. Embora fosse um item estratégico para a elaboração desse projeto de nacionalidade e se mostrou incapaz de “fabricar”<sup>30</sup> o cidadão brasileiro e diminuir os índices terríveis de analfabetismo em todo o país.

Como então se disseminaram os estereótipos negativos sobre os cabanos e a Cabanagem se a função ideológica da educação estava comprometida? A literatura pode oferecer informações importantes como esses estereótipos, demarcando características étnicas, sociais e econômicas em autores como José Veríssimo, importante membro da elite dirigente e intelectual.

Esse excerto de um ensaio, publicado por Veríssimo, em 1885, permite entender como a categorização negativa surge e ganha do discurso positivista da época o caráter de ciência:

A feição dominante do caráter desta gente é uma falta completa, absoluta, de energia e de ação. Todos os seus defeitos decorrem deste e neste se podem resumir. Vivem sob uma espécie de fatalismo inconsciente, e falece-lhes a ambição de tentar sequer sair deste estado. O tapuío<sup>31</sup>, principalmente por ter, ou por seu gênio esquivo e desconfiado ou por motivo de cor, vivido mais afastado da nossa sociedade, ou ainda porque não estivesse apto para a civilização, ou por todas estas causas juntas, chegou a um abatimento moral lastimoso. Para ele não existe

o dia de amanhã. O que tem come e gasta sem cuidar da família, do futuro ou dos dias menos prósperos, com inconsciente incúria, e sem ser de nenhum modo generoso. Não o preocupa a herança. Não o preocupa a herança.<sup>32</sup>

Raiol,<sup>33</sup> assim, se referia aos cabanos, em sua obra *Motins Políticos*, e listava seus malfeitos: roubos, invasão de propriedades, saques generalizados ao comércio e castigos com chicotes e palmatórias em mulheres e homens brancos:

Homens da ínfima classe social, sem educação nem moralidade, dados na sua maioria à embriaguez e privados de discernimento, deixavam-se arrastar pelos instintos de ferocidade e não estremeciam diante dos maiores atentados! Os seus intitulados chefes não tinham força moral para contê-los, nem se distinguiam por melhores sentimentos e dotes naturais, pelo que se faziam coniventes com s próprios subordinados. E em tais condições é de prever quantos desvarios não seriam eles capazes no domínio do terror em que viviam!<sup>34</sup>

Os cabanos são conceituados como gente má, desordeiros, assassinos, violadores das mulheres, “uns facinorosos”, palavra essa que permanece no vocabulário cotidiano nas primeiras décadas do século XX, para definir assaltantes e praticantes de crimes violentos. O preconceito contra os despossuídos toma forma também na literatura elitista, uma vez que a massa da população era analfabeta.

Nos romances, é possível encontrar exemplos semelhantes. Em Herculano Marcos Inglês de Souza, autor de várias obras consagradas sobre a realidade amazônica, os personagens assumem comportamentos e estratégias condizentes com o seu lugar no espaço social. O trecho a

seguir foi extraído do romance *O Cacauleta*<sup>35</sup> e estabelece as características de um personagem tapuio de caráter ambíguo:

Mendes era um homem velho, conhecia-se, mas seria impossível determinar-lhe uma idade; tinha os cabelos negros de ébano, e poucas rugas sulcavam-lhe a fronte; supunham alguns que teria setenta anos, outros porem chegavam até a dizer-lo mais velho que século. Era baixo e robusto, os cabelos ásperos e corredios, a tez cor de cobre e as feições grosseiras indicavam bem sua origem; [...] a desconfiança estava-lhe estereotipada na fisionomia, e as palavras raras e malsoantes contribuíam para formar-lhe um exterior pouco atraente. [...] quando se precisava de uma testemunha falsa, procurava-se o Mendes do Paraná-miri, como o chamavam em Óbidos; ele nunca se recusava, mas contassem que teriam que pagar caro; nas eleições estava o tapuio sempre disposto a pegar no pau pró ou contra qualquer partido, e como o seu braço era vigoroso, nunca deixava de ser procurado.<sup>36</sup>

Em seu conto *O Rebelde*, onde a revolução cabana aparece como ‘pano de fundo’ da ação, Inglês de Sousa usa palavras que aparecem como caracterizadoras da selvageria e violência dos revolucionários, especialmente Matias Pachiúba que, segundo o autor, era um líder cabano de sangrenta memória. O menino narrador dos acontecimentos fala sobre seu medo: “Que triste situação! Que futuro me aguardava? O de ser queimado vivo pelos cabanos, ou na melhor hipótese, de servir de criado às suas horrendas mulheres, ébrias de independência e de cachaça!”<sup>37</sup>.

Em outras oportunidades, o autor também demonstra velado respeito pela coragem e disposição para a luta como surge em uma frase

do conto *O donativo do capitão Silvestre*. Trata de um donativo que o governo pedia nas Províncias para pagar os ingleses em 1858, assim, se refere o romancista: “os filhos da Amazônia ainda sentem girar-lhes nas veias o sangue de Paiquicé e de Patroni. No fundo, todos temos ainda alguma coisa dos cabanos de 1835”.<sup>38</sup> Esses nomes citados são de pessoas de cor clara e estão distantes da luta revolucionária cabana e muito mais próximos da luta pela adesão à independência em 1823.

A elite culta pensava e narrava, desse modo, o passado histórico recente na tentativa de elaborar filtros de controle sobre a memória a ser transmitida e referenciada por estudos de outro tipo, como os ensaios de cunho positivista que pretendiam formar o caráter nacional. O projeto de nação, pretendido na segunda metade do século XIX, concretizou a dominação dos vencidos, usando a educação como instrumento elitista e omitindo e/ou distorcendo a narrativa histórica sobre movimento revolucionário por décadas.

### **A educação: grandes planos e tímidos resultados**

A situação da educação era ruim na Província, apesar da instituição de um protótipo de sistema educacional com as subdivisões de vários graus ensino. A educação assumiu importância depois de ser avaliado o seu papel estratégico para o capitalismo na Europa, onde o avanço da industrialização necessitava mais e mais de pessoas capacitadas a operar máquinas mais complexas. Por outro lado, ela poderia ser útil na redução dos conflitos e greves que atrapalhavam a produtividade industrial.

Como arma ideológica, a educação, no Brasil, poderia vir a ser, ainda, uma arma muito eficaz na construção da nacionalidade. Para isso, seria preciso ampliar a quantidade de escolas existentes nas principais vilas e cidades da Província e capacitar professores e oferecer-lhes um plano de carreira como servidores do Estado, controlando seu ofício, designações. Controlava-se assim o que se ensina, como se ensina e assim obter-se-ia o controle desejado e apaziguador dos ânimos da massa inculta e resistente à obediência.

Mas os resultados foram quase um desastre. Muitas escolas criadas nunca funcionaram e a educação mínima, de aprender a ler, escrever e contar obteve resultado fraco em alfabetizar as massas na Amazônia, de enormes distâncias espaciais e rarefeita população, com suas vilas e povoações espalhadas pelas calhas dos rios ou nas “terras firmes”. Ao tempo da Cabanagem, Raiol apresenta dados constrangedores e seus comentários ilustram o descaso secular com a educação. Os salários eram tão baixos, irrisórios, que nem os “desvalidos os cobiçavam”:

Havia na capital apenas duas escolas de primeiras letras pelo sistema de ensino mútuo para o sexo masculino e uma para o feminino, sendo a mestra desta última paga pelas alunas na razão de seiscentos e quarenta réis cada uma! Três outras do antigo ensino individual estavam sem mestres e sem esperanças de os ter! Havia mais duas aulas de gramática latina, uma de retórica e outra de filosofia racional e moral !! Duas outras, de geometria e francês, que tinham sido criadas, permaneceram por muito tempo sem mestres e discípulos. Nas povoações do interior o estado era ainda pior e mil vezes deplorável!<sup>39</sup>

Embora na capital, o panorama fosse um pouco diferente, pois os recursos eram mais abundantes e os novos colégios como o Liceu e a Escola Normal, além de colégios particulares, floresciam para a classe mais abastada, os pobres estavam excluídos ou com sorte, destinados às instituições que recebiam órfãos e desvalidos. Mas a disponibilidade de vagas era muito aquém da demanda. Portanto, o Pará, no que diz respeito à educação, no século XIX não era diferente do que acontecia no resto do país:

A situação do ensino secundário no Brasil nas primeiras décadas do século XIX era semelhante à apresentada na segunda metade do século XVIII, em termos de aulas-régias ofertadas. Com a ação do Marques de Pombal, se de um lado houve o desmantelamento de um sistema estruturado de ensino, por outro houve a quebra de monopólio das ideias dos jesuítas. No século XVIII, a mentalidade do ensino jesuítico ainda continuou permeando os estudos secundários, principalmente os ofertados nas aulas-régias, uma vez que a maioria dos professores havia estudado nos colégios jesuítas existentes no Brasil ou no Colégio das Artes e na Universidade de Coimbra, administrada pelos jesuítas. Porém, lentamente, as concepções que nortearam as reformas pombalinas foram se infiltrando no Brasil.<sup>40</sup>

A construção do caráter nacional a partir da educação que tanta ênfase mereceu de José Veríssimo, em sua obra publicada, em 1890, *A Educação Nacional* apresenta inicialmente o diagnóstico da situação: fortalecer a brasilidade por intermédio de obras educativas sobre a história e seus heróis, a geografia e a língua pátria.

Sem orgulho patriótico, sem educação cívica, sem concorrência de espécie alguma, o caracter brasileiro, já de si indolente e molle, como que deprimio-se, e o

sentimento nacional que luz pela primeira vez na lucta com os hollandezes, e depois nos conflitos de nacionais e portugueses nas épocas que proximamente antecederam ou seguiram a independência, esmorece, diminue, quase desaparece. [...] Pessimamente organizada, a instrução pública no Brasil, não procurou jamais ter uma função na integração do espírito nacional. A escola viveu sempre acaso mais isolada pelo espírito que pelo espaço e topografia. [...] O iletrado brasileiro – ainda há pouco 84% da população – nada encontrou que impressionando seus sentidos lhe falasse da pátria e a seu modo fosse também um fator da sua educação. Não há museus, não há monumentos, não há festas nacionais. [...] O desanimador resultado destes factos infelizmente incontestáveis, é esta dolorosa verdade: – **Nós nos ignoramos a nós mesmos!**<sup>41</sup>

Mas como seria isso possível, se a maioria da população se encontrava apartada das escolas? As “significações imaginárias sociais” que formatarão um povo e a sua nação serão produzidas pelo poder hegemônico das classes dirigentes e os excluídos resistirão, mantendo seus saberes a partir da oralidade e da transferência inter-geracional que tão bem caracteriza a resiliência dos povos descendentes de matriz afro-indígena na Amazônia. Os fazeres, a ludicidade, as artes e as suas técnicas seculares estão aí para comprovar uma educação que se explicita fora dos ambientes formais da escola, sem deixar de ser ela mesma: uma escola de vida.

### **Algumas considerações sobre o passado que se faz presente**

Não basta saber ler, escrever, contar e rezar como a educação jesuítica e os formatos que a sucederam estabeleciam. Fundamental seria

existir nessa nação imaginada, o Brasil, com todos os matizes de cultura e cor que a hibridização legou aos povos da Amazônia. Como sobreviveram por tanto tempo, os diligentemente afastados da escola e seu saber ralo e fraco, os afastados pelos preconceitos étnicos, sociais e econômicos? A escrita não explica a voz e a força da comunidade, mas a sabedoria da oralidade fornece pistas sobre conteúdos, práticas pedagógicas e criatividade para dar conta do novo, e assim a movência renova sempre o saber tradicional que fortalece sua presença cotidiana.

A sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração à outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizade, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.<sup>42</sup>

Tomando por base a concepção inicial deste artigo de que cultura é memória, coube às comunidades formadas pelos excluídos, povos da mata e quilombolas, transmitir as suas experiências e vivências aos mais jovens. Certamente, os fatos que também passaram pelos filtros seletivos do poder exercido pelos mais velhos à semelhança do que ocorre com o poder hegemônico das elites dirigentes que governam a nação. Mas tudo o que foi ou é constantemente produzido, recriado não são proposições correndo paralelas para esses indivíduos e grupos,

especialmente na atualidade, com a tecnologia da informação abrangente que reduz espaço e tempo, sincronizando temporalidades diversas e complexas.

Esses conhecimentos que ‘sofrem’ convergências e intersecções misturam-se e, muitas vezes, confundem-se no sentimento de brasilidade, identidade abrangente, produzindo sem cessar novas “significações imaginárias sociais”, no longo processo de estabelecer novas identidades culturais no presente.

Experiências como o saber secular de construção náutica, em estaleiros artesanais ao longo da calha dos rios, por mestres que jamais aprenderam matemática, física ou navegação em mar aberto ou em rios caudalosos como o Amazonas. Estes que desenham plantas de barcos de médio ou grande porte a partir do que observaram os mais velhos fazerem em lâminas de cortiça, extraída das matas, como “sabem” qual é a melhor madeira para navegar no oceano ou nos rios? Alimentos, cultivares diversos, ervas medicinais, venenos de animais peçonhentos usados em doenças e tantos outros saberes que a espetacular biodiversidade amazônica oferece, cujo conhecimento é milenarmente usado pelos povos das matas, quilombolas e mesmo pelos ribeirinhos das margens dos rios. Essa ciência, com sua epistemologia própria e tendo a oralidade como norma de comunicação, tem obtido o reconhecimento da ciência ocidental.

A musicalidade amazônica, com seus ritmos que mostram claramente a raiz negra e/ou caribenha, se oferece ao visitante ao lado das escolas e conservatórios de música europeia. Mas em exemplar movimento de retorno às origens, a academia, hoje, se dedica a pesquisar

essas fontes, sua origem e seus modos de manutenção desses sons e danças das festas bicentenárias que ocorrem no interior do estado.

E após um século e meio, a Cabanagem ganhou em Belém um lugar de memória especial. Um monumento desenhado por Oscar Niemayer, inaugurado com muita pompa, mas abandonado pela falta de conservação. O que isso simboliza? Que apesar de todo esforço e da resiliência desses novos tempos, a memória do movimento revolucionário, estudada com mais detalhes pela academia, ainda, não obteve o respeito que merece. O filtro de poder político que embasou o monumento, não fez nada mais do que tentar usar a memória incipiente ainda sobre a revolução, sem lembrar que a cultura, como memória, precisa ser expressa para além do concreto dos monumentos. A cultura exige lugares de memória verdadeiros como expressão de sua importância e, acredito, isso só acontecerá quando a educação estiver ao alcance dos despossuídos, revelando a sua resistência, as lutas e as conquistas.

## Notas

---

\*Doutora em Sociologia. Universidade do Estado do Pará.  
ORCID: 0000-0002-3271-1021.

<sup>1</sup> A **Cabanagem** foi um movimento de caráter revolucionário que devastou a Amazônia por longos anos, na primeira metade do século XIX. A historiografia oficial registra os anos de 1835 a 1840 como o período de sua efetiva ocorrência. Prefiro trabalhar com um período mais elástico, os anos compreendidos entre 1820/1840, o que possibilita uma visão mais ampla e fiel do que foi a agitação política na Amazônia dessa época.

<sup>2</sup> Há na literatura específica sobre o tema uma distinção entre trabalho servil, relações que caracterizariam o trabalho dos indígenas e o trabalho sujeito ao regime de escravidão, este ao qual estavam sujeitos os negros. Em minha análise, a violência contra os gentis se caracterizava como própria de um regime

---

de escravidão, sendo impositiva e dilaceradora de usos e costumes ancestrais e valendo-se da imposição horas exaustivas de trabalho forçado, sujeito a castigos físicos. Sobre o tema, NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1985. p. 98 escreveu: “a **escravidão** foi o regime de trabalho preponderante na colonização do Novo Mundo; o **tráfico negro** que a alimentou, um dos setores mais rentáveis do comércio colonial. Se à escravidão africana acrescermos as várias formas de trabalho compulsório, servil e semi-servil – “encomienda”, “mita”, “indentured” etc. – resulta que estreitíssima era a faixa que restava, no conjunto do mundo colonial, ao trabalho livre. A colonização do Antigo Regime foi, pois, o universo paradisíaco do trabalho não-livre, o eldorado enriquecedor da Europa”.

<sup>3</sup> Para um aprofundamento sobre a introdução de escravos oriundos da África e o estabelecimento em larga escala de produção destinada ao mercado externo, consultar: LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **Escravidão no Brasil**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2010.

<sup>4</sup> CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 403.

<sup>5</sup> *ibid.*, p. 55.

<sup>6</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. SCGP. Doc.: A.P.P./SCGP.C.522, D.90 – 15/05/1798.

<sup>7</sup> *idem.*

<sup>8</sup> *idem.*

<sup>9</sup> *Ibid.*, Doc.: SCGP.C.627,D.188 11/11/1806. (grifos meus).

<sup>10</sup> A partir deste ponto passo a utilizar o termo *caboco*, tal como se fala coloquialmente. Sirvo-me da definição constante em CASCUDO, C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Ediouro, 1992.

<sup>11</sup> Um dos pioneiros na análise da revolução cabana foi Domingos Antônio Raiol, o Barão de Guajará. Sua obra seminal, intitulada *Motins Políticos*, foi publicada em cinco volumes entre os anos de 1865 e 1890 e reeditada em 3 volumes em 1970 pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

<sup>12</sup> RAIOL, D. A. **Motins Políticos**. Ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: UFPA, 1970. p. 558.

<sup>13</sup> BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

<sup>14</sup> ENRIQUEZ, E. **Da Horda ao Estado**. Psicanálise do Vínculo Social. Trad. Teresa Cristina Carreteiro et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 23.

<sup>15</sup> *ibid.*, p. 18.

<sup>16</sup> CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

---

<sup>17</sup> RAIOL, D. A. **Motins Políticos**. Ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: UFPA, 1970. p. 560.

<sup>18</sup> HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schffter. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990. p. 34.

<sup>19</sup> Ferreira, discutindo o conceito de cultura como memória de Iúri M. Lotman, discorre também sobre o esquecimento, mostrando a dinâmica entre os conceitos. “Mostra que existe um profundo abismo entre o **esquecimento** enquanto elemento de memória e enquanto instrumento de destruição desta memória. Ocorre levar em conta que uma das formas mais agudas de luta social na esfera da cultura é a imposição de uma espécie de esquecimento obrigatório de determinados aspectos da experiência histórica” afirmação para a qual ela recomenda cautela por supor uma passividade difícil de existir. FERREIRA, G. P. Cultura é Memória. **Revista USP**, nº 24, 1994/95. p. 118.

<sup>20</sup> LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas: UNICAMP, 1992. [5ª Ed.]; HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schffter. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

<sup>21</sup> FERREIRA, G. P. Cultura é Memória. **Revista USP**, nº 24, 1994/95. pp. 115-119.

<sup>22</sup> POLLACK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, nº 3, 1989. p. 3.

<sup>23</sup> LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas: UNICAMP, 1992. [5ª Ed.].

<sup>24</sup> HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schffter. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

<sup>25</sup> *ibid.*, p. 68.

<sup>26</sup> LE GOFF, op. cit..

<sup>27</sup> SALLES, V. **Memorial da Cabanagem**. Belém: CEJUP, 1992. p. 59.

<sup>28</sup> RAIOL, D. A. **Motins Políticos**. Ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: UFPA, 1970.

<sup>29</sup> MATOS, J. H. Doc.: Relatório do Comissário da Inspeção e Exame dos Pontos Contestados pelo Governo de Sua Magestade Britânica. 09/09/1841. Arquivo Nacional, Códice 807. (grifos meus).

<sup>30</sup> CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>31</sup> O termo **tapuio** apresenta várias possibilidades de uso na língua portuguesa. Originariamente, surgiu para designar o indígena do interior, o selvagem típico, por oposição aos tupis, predominantes no litoral. Na obra *Poranduba Amazonense*, escrita em português e nheengatu no final do século XIX, por Barbosa Rodrigues, fonte de boa parte de trabalhos posteriores sobre a questão

---

étnica, são apontadas várias expressões que aos poucos foram dando origem ao termo **tapuio**, cuja grafia variava muito, principalmente porque “os colonizadores portugueses e espanhóis trataram de escrever a língua que ouviam, conforme lhe soava aos ouvidos, com ortografia própria, e a acomodando-a a língua do país de onde eram filhos [...] atribuindo às letras os mesmos valores e sons que tinham nas línguas que escreviam a brasílica”. Barbosa Rodrigues faz o percurso histórico da palavra **tapuio** ao longo da colonização e mesmo no momento em que escrevia ocorriam discrepâncias ortográficas, mas o sentido permanecia o mesmo, conotando inferioridade, agressividade e isolamento. Outro autor, Câmara Cascudo, afirma que “a denominação generalizou-se, e diz-se comumente no Pará e no Amazonas tapuia como sinônimo de indígena, de cabloco da terra”. CASCUDO, C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Ediouro, 1992. p. 856.

<sup>32</sup> VERÍSSIMO, J. **Estudos Amazônicos**. Belém: Editora da UFPA, 1970. pp. 21-22.

<sup>33</sup> RAIOL, D. A. **Motins Políticos**. Ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: UFPA, 1970.

<sup>34</sup> *ibid.*, p. 898.

<sup>35</sup> SOUSA, H. M. I. de. **O Cacauleta**. Belém: Editora da UFPA, 1973.

<sup>36</sup> *ibid.*, p. 41.

<sup>37</sup> SOUSA, H. M. I. de. **Contos Amazônicos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005. p. 114.

<sup>38</sup> *ibid.*, p. 114.

<sup>39</sup> RAIOL, D. A. **Motins Políticos**. Ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: UFPA, 1970. p. 565.

<sup>40</sup> VECHIA, A. O Ensino Secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, M. et al (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. pp. 78-90. p. 79.

<sup>41</sup> VERÍSSIMO, J. **Educação nacional**. Belém: Tavares; Cardoso & Cia, 1890. p. XVII-XXV. (grifos meus).

<sup>42</sup> POLLACK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, nº 3, 1989. p. 3.